



RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO ÁFRICA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Vigilância colaborativa e negociação da ordem urbana em Abidjan

POR MAXIME RICARD E KOUAMÉ FÉLIX GRODJI

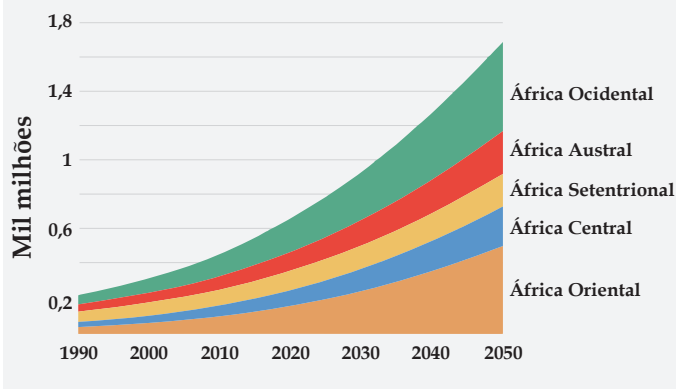
DESTAQUES

- As cidades africanas em rápida expansão estão a testemunhar níveis de crimes violentos sem precedentes e a crescente ameaça de gangues criminosos. Excedendo a capacidade da polícia, esses perigos representam ameaças à segurança dos cidadãos, aos meios de subsistência e à governabilidade das áreas urbanas.
- Em resposta a essas crises de segurança, estão a emergir grupos de segurança baseados na comunidade como forma de vigilância colaborativa. Embora não substituam a polícia, estes grupos podem ajudar a resolver o aumento da criminalidade urbana. Uma vez que conhecem os seus bairros, estes grupos podem agir como intermediários entre a polícia local sobrecarregada e os cidadãos.
- As comissões de vigilância mais eficazes reconhecem que as táticas de coação e os confrontos violentos com os gangues de jovens aumentam as hostilidades e não conseguem resolver os problemas mais profundos da comunidade. Será necessário enfrentar fatores sistémicos associados às altas taxas de criminalidade, a fim de redirecionar os gangues de jovens e conter a violência urbana.
- A experiência de Abidjan revela os limites destas comissões de vigilância no combate aos crimes graves, bem como o risco de que estas comissões possam recorrer à violência extrajudicial e se tornem eles próprios uma ameaça. Isto destaca a importância de parcerias próximas entre as comissões de vigilância e a polícia para que os modelos de vigilância colaborativa possam contribuir para a segurança da comunidade.
- É necessário o envolvimento da sociedade civil e a supervisão comunitária para regular os grupos de segurança baseados na comunidade e garantir que estes não sejam mal utilizados pelas elites locais ou pela polícia corrupta.

A população urbana de África cresceu de 27 milhões em 1950 para 567 milhões em 2015. Uma vez que se espera que a população africana duplique até 2050, estima-se que mais de mil milhões de pessoas adicionais viverão em cidades africanas nos próximos 30 anos (ver Figura 1). Estas paisagens urbanas em rápida expansão têm produzido crescentes desafios de segurança para os residentes, incluindo pequenos

furtos, assaltos, roubos de automóveis, assaltos à mão armada, extorsão e raptos. Quarenta por cento dos africanos que vivem em áreas urbanas afirmaram sentir-se inseguros ao andar nos seus próprios bairros¹. Depois das Américas, o continente africano tem as maiores taxas de homicídios do mundo². Estas tendências contribuíram para a imagem da « cidade trémula »³.

FIGURA 1. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE ÁFRICA



Fonte dos dados: Perspetivas da Urbanização Mundial da ONU (UN World Urbanization Prospects)

A segurança no contexto urbano africano está num estado de constante instabilidade, refletindo a natureza em rápida mudança e frequentemente não planeada das áreas urbanas, limitações de recursos, formação inadequada e estruturas policiais politizadas⁴. Isto resultou, em muitos casos, na subordinação das forças policiais aos poderosos interesses locais. Estas forças são propensas a discriminar grupos marginalizados e vulneráveis, aplicando práticas duras herdadas do regime colonial, onde os cidadãos eram vistos como uma ameaça. Além disso, a distribuição desigual dos agentes da polícia e dos seus recursos levou frequentemente à priorização dos interesses das pessoas ricas e dos partidos no poder sobre as comunidades. Isto contribuiu para reduzir a confiança entre a polícia e o público.

Em resposta aos elevados níveis de insegurança e presença limitada da polícia nas cidades africanas, emergiram formas de policiamento comunitário ou colaborativo para proteger os cidadãos comuns. Em Abidjan, Costa do Marfim, tais grupos de segurança baseados na comunidade assumiram a forma de “comissões de vigilância”. Muitas vezes iniciadas com um elevado grau de legitimidade local, as comissões de vigilância são fundamentalmente relacionais, ligando os membros da comunidade às forças policiais, autoridades locais e alegados delinquentes e criminosos.

Sem monitorização, porém, tais grupos podem tornar-se uma lei por si mesmos, contribuindo para a insegurança através de extorsão, violações dos direitos humanos e justiça vigilante⁵. Estes grupos também podem ser controlados por atores políticos e usados como instrumento de repressão e violência, especialmente por partidos e políticos de tendência autoritária⁶.

O CASO DE ABOBO

Abidjan é a terceira maior metrópole francófona do mundo, a seguir a Paris e Kinshasa, com mais de 5 milhões de habitantes. É uma das cidades com crescimento mais rápido de África, caracterizada pelo crescimento económico em expansão, mas não inclusivo. Isto tem produzido grandes desigualdades para os residentes, particularmente para a juventude.

O município ou comuna de Abobo é um dos treze de Abidjan (ver Figura 2). Composto predominantemente por moradores da classe trabalhadora e mais de um milhão de habitantes, Abobo é um dos setores com maior densidade populacional da metrópole. Este bairro concentra antigos e recém-chegados, principalmente da região do Sahel, incluindo grupos Malinké e Sénoufo Ivoirian do norte da Costa do Marfim, juntamente com Burkinabê e emigrados do Mali. A comuna desenvolveu-se em torno do caminho de ferro colonial e, posteriormente, do mundo social dos transportes urbanos, incluindo os táxis e os icónicos miniautocarros Gbaka. Este setor essencial transporta trabalhadores industriais entre bairros dormitório como Abobo e locais de atividade industrial ou comercial. O seu papel como centro de transportes também integrou Abobo nas redes do crime organizado de Abidjan.

A repressão policial e o assédio da população de Abobo têm uma longa história. A polícia tem visado os moradores, especialmente os jovens que trabalham nos transportes, aplicando o discurso xenófobo de “Ivoirité”, que negava os direitos básicos dos nortenhos, alegando que eles não eram indígenas. Isto fomentou uma cultura de suspeita e desconfiança entre a polícia e os moradores de Abobo. O bairro também foi a base da revolta de Abidjan contra o esforço de Laurent Gbagbo para se manter no poder após a sua derrota eleitoral em 2010-2011, o que acabou por azedar ainda mais as relações entre a polícia e as populações locais.

Dr. Maxime Ricard é investigador da África Ocidental no Instituto para a Investigação Estratégica da Escola Militar (IRSEM, França). É também investigador associado no Centro FrancoPaix da Cátedra Raoul-Dandurand, no Canadá.

Kouamé Félix Grodji é doutorado pela Universidade Alassane Ouattara em Bouaké, Costa do Marfim.

FIGURA 2. COMUNA ABOBO EM ABIDJAN



Fonte: Google Earth

Após a crise de 2010-2011, surgiram gangues em torno de Abidjan alimentados pela última geração de jovens marginalizados e apelidados com a expressão estigmatizante de «micróbios» ou germes. Eram temidos pelos seus grandes ataques de grupo na forma de pilhagens em mercados, esquinas de ruas movimentadas ou em habitações comuns (*cours-commune*), gerando uma violência que chocou profundamente os costa-marfinenses. O bairro de Abobo Gare é geralmente visto como o berço desses gangues, embora se tenham expandido rapidamente em Abobo e mais tarde para o resto de Abidjan.

Um comissário de polícia local ao descrever os piores anos desta crise de crime (cerca de 2012-2016) referiu, “não passou uma hora sem um alerta de micróbios”. O ciclo

de violência e a percepção de Abobo como gueto social foram reforçados por líderes de gangues, alguns ligados ao mundo dos transportes e do crime organizado, que encontraram uma oferta aparentemente infinita de jovens vulneráveis prontos para o recrutamento. O governo, criticado pela sua inação contra o crime, respondeu lançando regularmente rusgas policiais de grande dimensão e conflituosas em Abobo. Em privado, os polícias locais, os líderes comunitários e os membros das comissões de vigilância criticaram frequentemente estas operações classificando-as como inúteis.

As consequências da crise dos micróbios tornaram-se insuportáveis para muitas comunidades em Abobo, uma vez que os gangues causaram a desordem e destruição aos residentes durante a década de 2010. Duas lojistas proprietárias de uma livraria escolar num mercado em Abobo explicaram que durante os vários roubos e assaltos no seu bairro, “queríamos chamar a polícia, mas a própria polícia [tinha] medo dos micróbios”. Por conseguinte, os moradores dos bairros de Abobo em expansão montaram uma resposta coletiva: comissões de vigilância”.

COMISSÕES DE VIGILÂNCIA EM ABOBO

Uma investigação no terreno envolvendo mais de cem entrevistas representando membros de seis comissões de vigilância tentou compreender melhor o desenrolar da relação entre as comissões de vigilância, os cidadãos comuns, a polícia e os gangues de jovens em Abobo.

As comissões de vigilância normalmente têm origem num evento violento traumático relacionado com os micróbios, que os residentes consideravam intoleráveis, e que funcionou como um ponto de viragem. Os chefes da maioria das comissões de vigilância são jovens líderes comunitários com o apoio de figuras locais bem conhecidas ou de outras personalidades notáveis. Em Abobo, já operaram aproximadamente 20 comissões, cada uma composta por entre 50 e 200 membros, embora os seus membros flutuem ao longo do tempo, dependendo da percepção da intensidade da ameaça à segurança. Armados com tacos e armas

mistas, funcionam em equipas com cerca de dez membros, organizando patrulhas ou postos de controlo nos seus bairros.

No início da crise dos micróbios, as comissões frequentemente empregavam violência após deter um alegado delinquente ou criminoso violento. Esta justiça ao estilo vigilante resultou em muitas violações dos direitos humanos. Em alguns casos, os líderes das comissões reconheceram que alguns indivíduos capturados foram mortos. Geralmente, contudo, um alegado infrator passava a noite na sede da comissão antes dos seus membros tentarem mediar uma resolução para o delito. Se não fosse possível resolver o delito através da mediação, o indivíduo seria escoltado até à esquadra da polícia.



Fila de autocarros Gbaka numa rua movimentada em Abobo. (Foto: Maxime Ricard)

Cada comissão apresenta diferentes graus de institucionalização. O primeiro passo organizacional normalmente formaliza uma associação no bairro para representar a comissão de vigilância, fornecendo práticas e discursos administrativos vagamente definidos. Por vezes as comissões de vigilância procuram uma maior formalização burocrática, solicitando reconhecimento e apoio às autoridades administrativas e políticas.

Frequentemente, os membros da comissão usam símbolos ostensivos para sinalizar a sua presença e aumentar o capital do grupo dentro da comunidade, incluindo apitos, braçadeiras, crachás, t-shirts e, às vezes, capuzes. Os objetos de significado mágico ou religioso, tais como talismãs, também desempenham um papel importante. Os membros da comissão de vigilância usam esses tipos de recursos culturais, recorrendo a crenças partilhadas, para destacar a sua função na comunidade.

Para financiar as suas atividades, muitas comissões estabeleceram sistemas de bilhetes com base em taxas com números de telefone para emergências, nos quais os gestores de edifícios ou indivíduos poderiam inscrever-se. Embora insuficientes por si próprios, os sistemas de bilhetes ajudaram inicialmente a gerar receitas. Contudo, os doadores do bairro, incentivados por líderes comunitários, fornecem a principal espinha dorsal financeira para as comissões.

CONTRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DE VIGILÂNCIA PARA A SEGURANÇA

As comissões de vigilância em Abobo são geralmente vistas como tendo melhorado a situação de segurança desde a sua fase mais negativa durante a crise dos micróbios. Na maioria dos casos estudados, as comissões tornaram-se intervenientes-chave da comunidade para a segurança local. O desafio do crime urbano continua longe de estar resolvido, pois na prática muitos grupos criminosos e gangues simplesmente mudaram-se para outras partes de Abidjan. Contudo, a melhoria da segurança nas comunidades de Abobo é geralmente vista como uma vitória.

As ligações das comissões com as suas comunidades são a fonte onde estas obtêm a sua legitimidade e eficácia. Os membros das comissões conhecem os seus bairros e podem, portanto, operar bem entre os seus vizinhos. Muitas vezes, os esforços para estabelecer comissões de vigilância representam uma ação coletiva para uma agenda conduzida localmente que tem o apoio de líderes comunitários. Durante o auge da crise, por exemplo, as orações de sexta-feira na mesquita e os sermões dominicais na igreja tornaram-se em fóruns para reunir apoio e encontrar soluções para a violência traumatizante do aumento da criminalidade urbana em muitas comunidades.

As comissões não foram criadas com um determinado objetivo político, embora, após o seu sucesso, alguns políticos tenham tentado controlá-las para conseguir o apoio popular. Nesses casos, algumas comissões voltaram-se contra os políticos para manter a sua independência e posição na comunidade. Noutros casos, a criação de comissões de vigilância serviu como um meio para jovens ambiciosos subissem na escala social e obterem influência na comunidade. Não obstante, a legitimidade popular atribuída às comissões de vigilância permitiu-lhes lidar melhor com a criminalidade do bairro.

Inicialmente, o apelo popular das comissões de vigilância permitiu-lhes angariar recursos suficientes da comunidade através do pagamento de quotas para as suas atividades. No entanto, à medida que a segurança melhorou, a população tornou-se mais reticente em relação ao pagamento. Portanto, os doadores locais continuam a ser vitais para o financiamento a longo prazo das comissões. Por exemplo, quando uma comissão declarou que a sua missão tinha terminado e queria dissolver-se devido ao declínio do apoio, os imãs e padres locais mobilizaram recursos para a manter.

A polícia também beneficiou das atividades das comissões. Aproveitou o conhecimento e a presença local das comissões para recuperar uma posição de controlo nos bairros. Isto levou a um aumento da capacidade e da confiança nas forças policiais no seio da comunidade. A liderança de certos comissários da polícia local foi elogiada por muitas partes interessadas dentro e fora de Abobo, em parte devido à sua supervisão das comissões.

Em Abobo, as comissões que funcionam mais eficazmente são as que estão sob a supervisão da polícia local. As comissões de vigilância e a polícia até inventaram algumas práticas para agilizar o trabalho diário, tais como o uso de “pequenos artigos”. Estes relatórios feitos pelas vítimas às comissões de vigilância são transmitidos à polícia para facilitar a administração dos casos, simplificando o processo burocrático de preenchimento de um relatório policial e eliminando a necessidade das vítimas se deslocarem até à esquadra da polícia.

Outro fator-chave que contribui para a eficácia de algumas comissões de vigilância em relação a outras é a sua compreensão dos limites das táticas de coação. “Combater inimigos” como os micróbios dentro da comunidade não é assim tão simples e tem consequências. Os membros das comissões têm frequentemente de negociar com as famílias dos delinquentes, bem como com membros dos sindicatos do crime organizado e os próprios líderes de gangues.

Para construir uma confiança a longo prazo, as comissões de vigilância mais bem-sucedidas diminuem o uso de coação. Na procura de alternativas à violência, algumas comissões visam reabilitar os jovens delinquentes, integrando estes membros de gangues nas próprias comissões de vigilância. Isto resulta numa melhoria das relações com as famílias dos delinquentes, mas também esbate a linha entre aqueles que

afirmam lutar pela ordem e os que são vistos como causadores de problemas, levantando questões de legitimidade.

O trabalho diário de vigilância colaborativa produz tensões na vida social de Abobo. As comissões de vigilância que visam reintegrar os jovens estigmatizados da comunidade têm, por vezes, dificuldade em indemnizar os cidadãos lesados. Com base na composição social da comunidade, as comissões de vigilância reduzem a criminalidade em geral, mas apenas com a ajuda da polícia local e de táticas que não recorrem à coação.

COLABORAÇÃO COM A POLÍCIA E NEGOCIAÇÃO DA ORDEM URBANA

Em ambientes urbanos como em Abobo, a polícia deve negociar a ordem com vários atores interdependentes, incluindo comissões de vigilância e outros líderes comunitários, tais como empresários ou líderes religiosos. As comissões de vigilância suficientemente desenvolvidas colaboram com a Polícia Nacional a nível local, alargando essencialmente o alcance da força policial sobrecarregada através das suas atividades.

Enquanto a polícia nega oficialmente a legalidade das comissões de vigilância, na prática a nível de bairro, os comissários da polícia local dão diretivas para tolerar, rejeitar, colaborar e por vezes participar na organização destes grupos de segurança baseados na comunidade. A discrição desses burocratas locais é fundamental para a relação entre a esquadra de polícia e as comissões de vigilância.

O final da guerra civil costa-marfinense em 2011 desbloqueou uma ajuda significativa à segurança por parte dos doadores internacionais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento implementou programas de assistência à segurança que visavam reconstruir a infraestrutura policial degradada e, simultaneamente, melhorar as relações polícia-comunidade através de programas de policiamento comunitário sob o controlo do governo local. Estes programas estabeleceram conselhos consultivos de ética em cada esquadra de polícia, liderados por superintendentes locais. Os conselhos consultivos de ética reúnem-se mensalmente com as partes interessadas da comunidade para discutir as relações polícia-comunidade e questões de segurança nas suas respetivas jurisdições.

Pelo menos duas esquadras de polícia em Abobo usam conselhos consultivos de ética para gerir as comissões de vigilância do bairro. Em alguns casos, à medida que as comissões de vigilância cresciam, perpetravam violações dos direitos humanos contribuindo para novas formas de insegurança nas comunidades. Em resposta, a polícia teve de monitorizar as suas atividades e usou os conselhos consultivos de ética e os seus programas de policiamento comunitário para supervisionar esses grupos. Estes programas não foram originalmente concebidos ou destinados para esse fim, mas os comissários da polícia local adaptaram-nos às suas realidades e necessidades.

No entanto, os departamentos de polícia nunca alcançaram o controlo total das comissões de vigilância. Persistem as violações ocasionais mesmo com os mecanismos de vigilância em vigor. Por vezes, particularmente em casos de extorsão, tornou-se necessário o encerramento da comissão. Por outro lado, outras comissões de vigilância estão ansiosas para participar nos conselhos consultivos de ética e procuram ativamente melhorar as relações com as autoridades, solicitando, por exemplo, formação em direitos humanos.

MOBILIZAÇÃO PARA ALÉM DAS COMISSÕES DE VIGILÂNCIA PARA ENFRENTAR A CRISE

Ao enfrentar a crise dos micróbios, o governo começou a reconhecer os limites da resposta com recurso à coação e militarizada relativamente aos gangues de jovens. O forte apoio ao governo do presidente Alassane Ouattara em Abobo ajudou a elevar a importância da crise e forçou as autoridades eleitas a prestar-lhe mais atenção. Em Abobo, deu-se um relativo aumento no investimento público para melhorar a infraestrutura e os serviços sociais. As elites políticas chegaram até aos “homens importantes” criminosos em Abobo para melhorar as relações entre os chefes dos sindicatos dos transportes e para reduzir a criminalidade violenta.

Como algumas comissões de vigilância e organizações da sociedade civil defendem e apoiam programas sociais para os membros de gangues, o governo tem respondido com programas de reintegração social. Essa política pública nacional de reintegração social foi parcialmente inspirada pela Autoridade Costa-marfinense para o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, que operou de 2012 a 2015. As autoridades contam com algumas das mais ambiciosas

comissões de vigilância para implementar esta política relativamente inovadora ao nível dos bairros.

O programa Célula de Coordenação de Acompanhamento e de Reinserção (Cellule de coordination de suivi et de réinsertion) (CCSR) envia jovens infratores, na sua maioria de Abobo e em grupos, para um campo de reintegração social numa parte remota do centro da Costa do Marfim, longe de Abidjan. O principal objetivo do programa, segundo um funcionário, era “reeducar [os delinquentes], inculcar valores cívicos e morais próprios da vida em sociedade”. Após o regresso à comunidade, os participantes tiveram que escolher entre diferentes ofícios e iniciar um programa de tutoria com um tutor designado em áreas técnicas como costura, carpintaria, soldagem ou eletricidade.

Os participantes deste programa enfatizaram a necessidade de alinhar melhor estas profissões com as suas aspirações. Os membros da comissão de vigilância destacaram que o escasso financiamento para o programa de tutoria e o fraco acompanhamento dos participantes fizeram com que muitos ficassem desiludidos. A eficácia a longo prazo deste programa, e a vontade política a longo prazo para sustentá-lo, permanece uma questão em aberto, mas as suas atividades estão em curso.

Várias ONG como Interpeace/Indigo têm defendido uma resposta mais variada por parte do governo e têm implementado os seus próprios programas de reintegração de jovens violentos⁷. Especialistas como o Professor Francis Akindès aumentaram a consciencialização sobre a questão dos gangues de jovens ao produzir um documentário sobre o que ele chamou “o símbolo de um apartheid económico”⁸. Estes esforços evidenciam que as respostas substantivas ao crime urbano em Abobo exigem vontade política sustentada para enfrentar “causas sistémicas de insegurança”⁹, incluindo a falta de serviços públicos e a necessidade de controlar os principais atores criminosos.

As iniciativas de policiamento comunitário como a Agência de Assistência à Segurança de Proximidade (Agence d’assistance à la sécurité de proximité) no Senegal podem fornecer mais lições sobre a integração das comissões de vigilância¹⁰. Esta agência paraestatal foi criada em 2013 para reunir todos os grupos de segurança baseados na comunidade senegaleses numa única instituição, com uma filosofia de governação de segurança e de estreita cooperação com os governos locais. Integrando 10.000 membros – quase tantos como as

forças policiais e de segurança pública do país juntas – são na sua maioria concebidos para empreender tarefas de policiamento de rotina e de pequena criminalidade. Tais esforços para formalizar grupos de segurança baseados na comunidade podem oferecer percepções frutíferas sobre os próximos passos no combate ao crime urbano.

RUMO A UM MODELO DE VIGILÂNCIA COLABORATIVA NAS CIDADES AFRICANAS

A realidade das forças policiais sobrecarregadas em muitas cidades africanas fez da vigilância colaborativa um facto básico da vida quotidiana. Os dispositivos de segurança de Abobo oferecem alguns conhecimentos sobre o carácter negociado das práticas de ordem urbana a nível local e como estas práticas podem contribuir para a segurança centrada no cidadão. Não existe uma fórmula única para todas as comissões de vigilância fazerem cumprir a ordem. Somente sob as condições certas é que estes esforços contribuem para fazer da segurança um bem público real. Consequentemente, os decisores políticos e os profissionais, exigem uma melhor compreensão sobre como controlar e melhorar a colaboração policial com diferentes formas de participação dos cidadãos.

Construir programas de policiamento comunitário que estabeleçam órgãos de supervisão para a supervisão de grupos de vigilância colaborativa. Os programas de policiamento comunitário podem ser usados para supervisionar eficazmente as comissões de vigilância, bem como para fomentar a confiança entre o governo, a polícia e os atores comunitários. Mas tais programas e a supervisão das comissões requerem abrangência local e organização para serem eficazes. As comissões de vigilância bem-sucedidas em Abobo beneficiaram da liderança proativa e inclusiva dos comissários da polícia local que adaptaram os conselhos consultivos de ética dos programas de policiamento comunitário para monitorizar as comissões de vigilância e envolver a comunidade.

A participação efetiva da polícia, da sociedade civil e dos líderes comunitários nos conselhos consultivos de ética destaca a necessidade de as autoridades locais incluírem os residentes na regulamentação dos grupos de segurança baseados na comunidade. As comissões de vigilância ou outros empreendimentos de segurança de cidadãos privados correm o risco de dilacerar o tecido social das comunidades em caso de

se tornarem ferramentas das elites locais e dos seus interesses, ao invés dos representantes das necessidades de segurança das comunidades. A função dos membros e líderes da comunidade nos conselhos consultivos de ética ajuda a garantir que a participação dos cidadãos na vigilância colaborativa seja regulada por meios legislativos e judiciais democráticos, o que, por sua vez, protege as populações marginalizadas, dissuadindo as violações dos direitos humanos.

Disponibilizar formação em direitos humanos e integrar grupos de segurança baseados na comunidade. A formação em questões como os direitos humanos e as técnicas básicas de policiamento é eficaz e desejada pelos membros e residentes da comissão de vigilância. Essa formação formal pode facilitar uma triagem e certificação dos membros da comissão de vigilância. Isto também pode servir para estabelecer parcerias mais fortes entre os agentes da polícia local e os membros designados da comunidade, o que, por sua vez, aumenta a segurança e a responsabilidade.

As iniciativas locais e nacionais de segurança devem trabalhar através de órgãos locais de supervisão e regulamentação para formalizar treinos e formação regular e obrigatória para grupos de segurança baseados na comunidade. Com o decorrer do tempo, tais esforços poderiam ser combinados para estabelecer iniciativas de vigilância colaborativa a nível nacional, como a Agência de Assistência à Segurança de Proximidade (Agence d'assistance à la sécurité de proximité) no Senegal.

Resolver fatores sistémicos associados a altas taxas de criminalidade e melhorar os programas de reintegração para os membros de gangues. As comissões de vigilância mais bem-sucedidas e ambiciosas de Abobo rapidamente perceberam que as táticas de coação e os confrontos violentos com gangues de jovens não conseguiram resolver problemas comunitários mais profundos que alimentavam o crime urbano da comunidade. O uso de táticas não-conflituosas para interagir com a juventude violenta ajudou a evitar desordens e crimes. Também criou confiança entre as comissões de vigilância e os jovens problemáticos da comunidade. No entanto, as comissões de vigilância não representam uma solução completa para os problemas que levam esses jovens ao crime urbano.

Os programas de reintegração social do governo da Costa do Marfim apresentam uma oportunidade de começar a abordar estes problemas oferecendo oportunidades e educação aos

jovens. Contudo, é necessário um maior investimento e organização nestes programas. O financiamento sustentado e a orientação dos participantes dos programas ajudariam a solidificar os resultados pretendidos dos programas. Poderiam ser replicados esforços semelhantes em outros contextos, desde que também sejam aplicadas as considerações locais.

Desenvolver rotineiramente análises locais com investigadores locais para informar os programas de policiamento comunitário. Somente uma compreensão detalhada e contextualizada das relações sociais produzidas pela vigilância colaborativa pode permitir que os decisores políticos e as autoridades melhorem o policiamento urbano.

Investigações regulares sobre as comunidades podem ajudar a facilitar a responsabilização, investigando a forma como a dinâmica da comunidade muda em resposta aos programas de policiamento comunitário. Essas avaliações devem ser realizadas com as autoridades locais com profundo conhecimento das suas comunidades e procurar ir além do fórum fornecido pelos conselhos consultivos de ética ou outros órgãos reguladores.

Os programas de nível nacional e o apoio internacional têm de se concentrar nos bairros desfavorecidos ao implementar a capacitação policial, com a importância de entender a economia política e as experiências do policiamento quotidiano efetuado por mulheres e homens agentes da polícia comuns¹¹.

NOTES

- 1 Afrobarometer online analysis tool (Ferramenta de análise online Afrobarómetro), “Round 7 2016/2018.”
- 2 United Nations Office on Drugs and Crime (Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), “Global Study on Homicide: Homicide trends, patterns and criminal justice response (Estudo Global sobre Homicídio: Padrões e tendências de homicídio e resposta da justiça criminal),” julho de 2019.
- 3 Maya Mynster Christensen and Peter Albrecht, “Urban Borderwork: Ethnographies of policing (Fronteira Urbana: Etnografias de policiamento),” *Environment and Planning (Ambiente e Planeamento) D: Society and Space (Sociedade e Espaço)* 38, n.º 3 (2020), 391.
- 4 Stephen Commins, “Da Fragilidade Urbana à Estabilidade Urbana,” *Resumo de Segurança em África* N.º 35, Centro África de Estudos Estratégicos, junho de 2018.
- 5 Oluwakemi Okenyodo, “Governança, Responsabilização e Segurança na Nigéria,” *Resumo de Segurança em África* N.º 31, Centro África de Estudos Estratégicos, junho de 2016.
- 6 Rebecca Tapscott, *Arbitrary States: Social Control and Modern Authoritarianism in Museveni’s Uganda (Estados Arbitrários: Controle Social e Autoritarismo Moderno no Uganda de Museveni)* (Oxford: Oxford University Press, 2021).
- 7 Interpeace, “Reintegrating violent youths known as “microbes” to mitigate urban violence in Abidjan (Reintegração de jovens violentos conhecidos como “micróbios” para mitigar a violência urbana em Abidjan),” 24 de agosto de 2016.
- 8 Haby Niakaté, “Les enfants “microbes” sont un signe de l’apartheid économique qui s’installe en Côte d’Ivoire (As crianças “micróbios” são um sinal do apartheid económico que se instala na Costa do Marfim),” *Le Monde*, 1 de abril de 2018.
- 9 Kasper Hoffmann, Koen Vlassenroot, and Karen Büscher, “Competition, Patronage and Fragmentation: The Limits of Bottom-Up Approaches to Security Governance in Ituri (Concorrência, Patrocínio e Fragmentação: Os Limites das Abordagens Ascendentes para a Governação da Segurança em Ituri),” *Stability: International Journal of Security and Development (Estabilidade: Jornal Internacional de Segurança e Desenvolvimento)* 7, n.º 1 (2018), 11.
- 10 Nabi Youla Doumbia, “Le problème du des groupes de vigilance en Afrique de l’Ouest francophone : Burkina Faso, Côte d’Ivoire, Sénégal (O problema do controlo de grupos de vigilantes na África Ocidental francófona),” *Bulletin FrancoPaix* 4, no. 2, Centre FrancoPaix, fevereiro de 2019.
- 11 Michel Thill, Robert Njangala, and Josaphat Musamba, “Putting everyday police life at the centre of reform in Bukavu (Colocar a vida quotidiana da polícia no centro das reformas em Bukavu),” Briefing Paper (*Artigo Informativo*), Rift Valley Institute, março de 2018.



CENTRO ÁFRICA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Kate Almquist Knopf, Diretora
National Defense University
Fort Lesley J. McNair
Washington, DC 20319-5066
+ 1 202 685-7300
www.africacenter.org

Resumos de segurança em África
Joseph Siegle, Ph.D.
Diretor de Pesquisa
sieglej@ndu.edu
+1 202 685-6808
ISSN 2164-4047

O Centro África de Estudos Estratégicos é uma organização académica estabelecida pelo Departamento de Defesa que serve como um fórum objetivo para pesquisa, programas académicos e troca de ideias. As séries de Resumo de Segurança em África apresenta pesquisas e análises com o objetivo de promover a compreensão sobre as questões de segurança na África. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Centro.